

October 1985
Memorandum to President Sarney,
'Brazil-Argentina. Cooperation on Nuclear Affairs.'

Citation:

"Memorandum to President Sarney, 'Brazil-Argentina. Cooperation on Nuclear Affairs.'", October 1985, Wilson Center Digital Archive, AHMRE. Critical Oral History Conference on the Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation, Rio de Janeiro, March 2012.
<https://digitalarchive.umd.edu/document/123365>

Summary:

An Argentine delegation proposed a joint statement on regional nuclear policy and a mutual inspection system between Brazil and Argentina.

Credits:

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

Original Language:

Portuguese

Contents:

Original Scan
Translation - English

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Brasil-Argentina.

Cooperação no campo nuclear.

DECLASSIFICADO
DE ACORDO COM O DEC.
5.301, DE 09/12/2004

Em aditamento às informações sobre o assunto (nº 194/85 e nº 141/85), elevo ao conhecimento de Vossa Excelência os resultados das conversações sobre temas nucleares mantidos com funcionários da Chancelaria argentina, em reunião realizada no Itamaraty, no dia 12 do corrente mês de novembro, preparatória do encontro de Vossa Excelência com o presidente Raul Alfonsín.

Na reunião, a delegação argentina submeteu à consideração da parte brasileira a anexa declaração conjunta sobre política nuclear regional, apresentando os seguintes argumentos em favor de um sistema de garantias mútuas sobre a utilização exclusivamente pacífica de materiais, equipamentos e instalações nucleares em ambos os países, objeto do item 4 do projeto de declaração:

- Um acordo entre os dois países para o estabelecimento de um sistema bilateral de garantias comprovaria de maneira concreta a decisão do Brasil e da Argentina de não desenvolver, nem produzir artefatos explosivos nucleares. Asseguraria a utilização para fins pacíficos da energia nuclear por parte dos dois países, preservando-os das limitações contidas nos sistemas previstos pelo TNP e pelo Tratado de Tlatelolco.

- As excelentes relações entre o Brasil e a Argentina viabilizariam no momento uma iniciativa desse alcance. O estabelecimento de um sistema de garantias mútuas se fundamentaria assim numa decisão política de banir de forma categórica a existência de armas nucleares nos dois países, e de eliminar também a opção de obtê-las. Partindo do Brasil e da Argentina, tal decisão seguramente atrairia para o sistema de garantias, as demais nações latino-americanas, às quais aquele sistema estaria aberto.

- Tecnicamente possível e aplicado, sobretudo, ao controle de materiais sensíveis (plutônio e urânio enriquecido), o sistema não impediria outras aplicações da tecnologia nuclear como, por exemplo, na propulsão, nem causaria qualquer inibição a outros desenvolvimentos pacíficos da tecnologia nuclear.

- Em relação à comunidade internacional, a adoção de um sistema bilateral de garantias evitaria versões sensacionalistas sobre a pretensa rivalidade no campo nuclear entre o Brasil e a Argentina que estaria levando à construção de bombas atômicas. Esvaziaria também especulações, como, por exemplo, as que surgiram recentemente em torno de

DECLASSIFICADO

DE ACORDO COM O DEC.
301 DE 09/12/2004

declarações atribuídas a autoridades militares brasileiras ao mesmo tempo os países com preocupações de não-proliferação de queles que as utilizam para evitar a disseminação de tecnologia.

- Facilitaria esse sistema a cooperação bilateral e permitiria aos dois países enfrentar em melhores condições os problemas que afetam seus respectivos programas nucleares. Abriria ao mesmo tempo um espaço em termos de mercado em terceiros países para o Brasil e Argentina, sobretudo na América Latina.

Em resposta a essa argumentação, e numa primeira avaliação do projeto de declaração apresentado pelo lado argentino, a parte brasileira afirmou que acredita essencial manter o bom relacionamento que já caracterizava as relações entre o Brasil e a Argentina no campo nuclear. Observou também que a oportunidade ensejada pelo encontro presidencial deveria ser aproveitada para uma firme menção sobre os propósitos pacíficos de ambos os países naquele campo. Nesse sentido, o projeto argentino era aceitável em suas linhas gerais.

Contudo, com relação a um sistema bilateral de garantias, o lado brasileiro observou que, conquanto os argumentos apresentados continham pontos efetivamente válidos, era necessário verificar se um anúncio de tal sistema teria os efeitos desejados, ou se ao contrário poderia provocar pressões ainda maiores sobre os dois países, limitando sua margem de ação nessa matéria. Seria, portanto, mais prudente avançar de uma maneira firme e sem precipitações num assunto complexo e polêmico como o da energia nuclear. Propôs, assim, o lado brasileiro que no projeto argentino em vez do anúncio sobre um sistema de garantias (ponto 4 do projeto), figurasse a decisão de criar um grupo de trabalho nos moldes do que foi proposto a Vossa Excelência.

Dizendo compreender essas ponderações, a delegação argentina solicitou, porém, que sua sugestão sobre um sistema de garantias pudesse merecer um exame aprofundado pelo lado brasileiro, salientando que essa proposta era fruto de um amadurecido trabalho da Chancelaria argentina junto aos setores de seu país ligados a energia nuclear. O lado brasileiro assinalou que naturalmente esse exame seria feito, expressando igualmente seu desejo de que a contraproposta brasileira fosse detidamente considerada.

Em conclusão, creio efetivamente que devamos insistir junto ao lado argentino na criação de um grupo de trabalho sobre temas nucleares, cujo o impacto político não seria desprezível, como substituto da sugestão feita para um sistema de garantias bilateral, cujas conseqüências não são de todo previsíveis. Em entendimentos que o Itamaraty vem mantendo informalmente com o Conselho de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, considerou-se que um sistema dessa natureza entre o Brasil e a Argentina poderia ser,

o momento, prematuro, e teria sobretudo que ser cuidadosamente analisado por suas implicações à luz de nosso interesse de manter com a Argentina uma relativa paridade no campo nuclear. Com relação ao procedimento formal a ser seguido, cabe ainda mencionar a sugestão argentina de que a declaração figure em documento a parte. Acredito que possamos aceitar essa sugestão, tendo em vista o maior relevo que uma declaração específica daria à cooperação entre os dois países no campo nuclear.

Estou dando conhecimento do projeto argentino ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Manterei Vossa Excelência informado dos desdobramentos dos contatos mantidos sobre o assunto com o lado argentino.

DESCLASSIFICADO

DE ACORDO COM O DEC.
5.301, DE 09/12/2004

Classified

Information to Mr. President of the Republic

Brazil-Argentina.

Cooperation on nuclear affairs.

In addition to the information on the matter (number 194/85 and number 141/85) I bring to Your Excellency the results of conversations with Argentine diplomats about nuclear affairs, in a meeting held at Itamaraty on 12th of this month of November, as preparation to Your Excellency's meeting with president Raul Alfonsín.

During the meeting, the Argentine delegation subjected to Brazilian consideration the attached joint statement on regional nuclear policy, presenting the following arguments in favor of a mutual guarantee system on the exclusively peaceful use of nuclear materials, equipment and facilities in both countries, under item 4 of the draft declaration:

- An agreement between the two countries in order to establish a bilateral system of guarantees would concretely prove the Brazilian and Argentine decision not to develop or produce nuclear explosive devices. It would assure both countries' exclusively peaceful use of nuclear energy, avoiding the limitation of the NPT and the Treaty of Tlatelolco.

- The currently excellent relations between Brazil and Argentina would help such initiative to happen. Establishing a mutual guarantee system would then be based on a political decision to categorically ban the existence of nuclear weapons in both countries and also eliminate the option of getting them in the future. A decision made by both Brazilians and Argentines would definitely attract other Latin American countries to the guarantee system, which would be open to them.

- The system - technically possible and in force, especially regarding the control of sensitive materials (plutonium and enriched uranium) - would not prevent other applications of nuclear technology, for instance propulsion, nor would it cause any limitation to peaceful development of nuclear technology.

- Regarding the international community, adopting a bilateral guarantee system would avoid sensationalist arguments of an alleged nuclear rivalry between Brazil and Argentina, which would be driving these countries to produce atomic bombs. It would also reduce speculation like those recently brought up regarding statements allegedly made by Brazilian military officials [illegible] at the same time countries worried about non-proliferation from those that avoid disseminating technology.

- This system would assist bilateral cooperation and allow both countries to better face the problems affecting their respective nuclear programs. It would also open market space for Brazil and Argentina in other countries, particularly in Latin America.

In response to such arguments, and after first evaluating the draft declaration presented by the Argentines, the Brazilian party affirmed to believe in the importance of maintaining good relations, which already sets the tone for the nuclear relation between Brazil and Argentina. It was also observed that the opportunity created by the presidential meeting should be enjoyed to firmly mention both countries' peaceful purposes on the matter. In this sense, the Argentinian project is overall acceptable.

However, in relation to a bilateral guarantees system, the Brazilian party observed that while the arguments presented were valid, it was necessary to check whether the announcement of such system would have the expected outcome, or, on the contrary, if it could create even bigger pressure over both countries and limit their maneuvers on the matter. Thus, regarding such a complex and polemic matter as nuclear energy, it would be more prudent not to precipitate things but move forward in a firm way. That is why the Brazilian party proposed disclosing the decision to create a working group, like the one proposed to Your Excellency, instead of announcing a guarantee system (number 4 in the project).

The Argentine delegation said they understood the argument, however they requested us to deeply study their suggestion of a guarantee system, and reinforced that this proposal was the result of a mature joint work by the Argentine diplomatic and nuclear sectors. The Brazilian party assured that this analysis would certainly be done, also expressing their wish for the Brazilian proposal to be equally taken into

consideration.

To sum up, I do believe that we should insist with the Argentines upon the creation of a working group for nuclear issues, whose political impact would not be negligible and to substitute the suggestion of a bilateral system of guarantees, whose consequences may not be completely predictable. In an informal understanding between Itamaraty, the National Security Council and the National Nuclear Energy Commission, a system of this kind between Brazil and Argentine was considered to possibly be premature at this moment, and its implications in relation to our interest in maintaining relative parity with Argentina on nuclear affairs would have to be carefully studied. Regarding the formal procedure, it is also worth highlighting the Argentine suggestion for this idea to be executed as a separate document. I believe this suggestion can be taken up due to the larger relevance a specific declaration would provide to the cooperation between the two countries.

I am informing the National Security Council and the National Nuclear Energy Commission of the Argentine project. I shall maintain Your Excellency informed of the follow-ups on this matter with the Argentines.